



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008483-65.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR**  
 Requerente: **Cintia Andrea Pera**  
 Requerido: **N.M. ROSALIS DA SILVA ROUPAS - ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DE C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou que se encontrava no estabelecimento da ré e que, desejando provar algumas peças de roupas, foi orientada a deixar seus pertences pessoais com uma funcionária do local enquanto o fizesse.

Alegou ainda que assim procedeu, mas quando realizava a prova o estabelecimento foi furtado, subtraindo-se sua bolsa que continha valores em dinheiro e cheques.

Almeja à reparação dos danos materiais e morais que suportou.

Ressalvo de início que as provas produzidas denotam que a dinâmica fática trazida à colação não sucedeu da forma relatada pela autora.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Nesse sentido, a testemunha Viviane Cristina da Silva confirmou que a autora entrou no provador do estabelecimento da ré, mas deixou a bolsa no balcão e não aos cuidados de nenhuma funcionária, até porque as clientes não são impedidas de levar suas bolsas para o provador.

No mesmo diapasão foi o depoimento da testemunha Diva Pereira.

Percebe-se, portanto, que a alegação da autora a propósito do assunto não foi respaldada por um único dado de convicção, de sorte que se conclui que em momento algum a ré assumiu a guarda de sua bolsa.

De outra parte, e esse é o aspecto mais relevante da controvérsia, a ré foi vítima de roubo levado a cabo por agente que portava uma faca.

Isso é suficiente para eximir a responsabilidade da ré mesmo que se reputasse que ela seria a depositária da bolsa da autora porque configura situação de força maior.

A jurisprudência já se manifestou reiteradamente em casos semelhantes:

*“Indenização. Responsabilidade civil. Ato ilícito. Roubo de veículo em estacionamento de supermercado. Forma maior caracterizada. Aplicabilidade do art. 1.277 do CC (atual art. 642). Ação improcedente. Dar-se-á a exclusão da responsabilidade quando o ato de terceiro é a causa exclusiva do prejuízo, pois aquele se reveste de características semelhantes às do caso fortuito” (JTJ-LEX 183/79).*

*“Indenização. Roubo de motocicleta em estacionamento de supermercado por assaltantes armados. Ação de indenização improcedente, ante a ocorrência de força maior. Desídia do estabelecimento não comprovada. Art. 1.058, parágrafo único, do CC (atual art. 393, parágrafo único” (Juizado Especial Cível da Capital/SP, 1º Colégio Recursal, Rec. 2.055, Revista dos Juizados Especiais 1/283).*

*“O assalto constitui, a princípio, em relação à transportadora, forma maior, que afasta sua presumida responsabilidade” (RT 582/208).*

Essa orientação aplica-se com justeza à hipótese vertente, até porque não se vislumbrou em momento algum de maneira concreta que a ré tivesse obrado com negligência ao não evitar o evento quando reunia condições objetivas a isso.

Em consequência, não se vislumbrando a prática de ato ilícito a cargo da ré, é inviável cogitar de sua obrigação em ressarcir a autora por danos materiais e morais que tivesse experimentado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 19 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**